

A Obra de Roberto Simonsen na Historiografia Brasileira Elogios & Críticas

Prof. Dr. Maurílio Rompatto¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar o debate na historiografia brasileira acerca da obra de Roberto Crochrane Simonsen. Apesar de ter vivido um período relativamente curto (1889 a 1948) Simonsen teve uma trajetória intelectual e política muito produtiva; ou seja, viveu intensamente sua época, exercendo múltiplas funções sociais: foi engenheiro, homem de negócios, banqueiro, industrial, empresário da construção civil, jornalista, historiador, fundador de escola (fundou a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo), professor universitário, líder empresarial (fundador do CIESP e presidente da FIESP), político (deputado e senador) e conselheiro do governo federal. Enquanto a maior parte da elite brasileira de sua época tinha os interesses voltados à economia agro-exportadora, Simonsen era um controvertido defensor da indústria. Como historiador escreveu sobre os mais variados assuntos, desde temas relativos à indústria a temas relacionados à agricultura. A produção intelectual de Simonsen aproxima-se de quarenta obras publicadas, a maioria das quais voltadas ao desenvolvimento econômico do país. Sua obra *História Econômica do Brasil* (1937), é considerada um clássico entre os economistas. Trouxe para o âmbito da discussão acadêmica e do público em geral os mais variados temas, todos sintonizados com as preocupações da época em que foram escritos; onde articula urbanismo, higiene, disciplina, organização e racionalização do trabalho, política protecionista, estabilidade cambial e financeira. Apesar de sua vasta produção intelectual existe uma quantidade relativamente pequena de estudos específicos sobre sua obra. Simonsen é muito citado na historiografia, mas, na maioria dos casos, por autores que têm como foco de análise o processo de industrialização e não sua obra propriamente dita. Entre os poucos estudos sobre a obra de Simonsen destacam-se duas correntes de análise, uma corrente mais personalista e apologética e outra corrente mais crítica. Na perspectiva apologética encontram-se alguns historiadores da historiografia econômica brasileira, entre os quais, Heitor Ferreira Lima, Nícea Vilela Luz e Eli Diniz. Estes fazem uma apreciação bastante favorável à obra de Simonsen. Revelando-se como adeptos da linha de pensamento nacional-desenvolvimentista, os autores aqui denominados “apologéticos”, colocam-se ao lado de Simonsen na defesa da modernização do país através da industrialização. E, em outra perspectiva, considerada crítica, estão alguns historiadores da historiografia social brasileira, entre os quais, destacam-se Edgar Salvadori de Decca, Coraly Gará Caetano e Maria Antonieta Antonacci. Estes, ao contrário dos “apologéticos”, buscam de uma perspectiva crítica combater as teorias de Simonsen e os efeitos sociais da industrialização, identificando-se em seu discurso os elementos de hegemonia da burguesia industrial brasileira. Como metodologia, o presente artigo compara os estudos já realizados sobre a obra de Roberto Crochrane Simonsen, uma vez que seu objetivo é expor alguns dos aspectos relevantes do debate historiográfico em torno da obra deste renomado autor

Palavras-chave: Roberto Simonsen, economia, historiografia, apologia, crítica.

Introdução

Roberto Simonsen é um autor muito citado na historiografia brasileira, mas, na maioria das vezes por autores que têm como foco de análise o processo de industrialização e não sua obra propriamente dita. É certo que o tema da industrialização, por ele tratado, já não prende mais a atenção do grande público. Desde os anos de 1980 o tema vem perdendo prestígio no setor intelectual mais especializado, ligado ao meio acadêmico. Esse gradativo desinteresse pode ser explicado pelo fato de que, tendo alcançado o estágio urbano industrial, a sociedade brasileira viu-se às voltas com outros problemas, a maioria dos quais gerados no bojo da própria industrialização. Assim, o foco dos pesquisadores recaiu sobre os efeitos da industrialização, em temas relacionados aos mundos do trabalho: movimento sindical, emprego-desemprego, precarização das condições de trabalho; do que sobre o processo de industrialização em si mesmo.

Nos meios políticos e acadêmicos, o tema da industrialização e do desenvolvimento econômico readquiriu algum prestígio a partir de 1990, quando, em meio ao processo de abertura da economia brasileira, o modelo de desenvolvimento conhecido como nacional-desenvolvimentista começou a ser criticado, pela força que o movimento neoliberal ganhou nesse período. Nesse momento, caracterizado como de globalização e de privatização, o tema relativo à participação do Estado na defesa da economia nacional voltou ao primeiro plano dos debates políticos e acadêmicos, observando-se a produção de estudos historiográficos sobre o debate entre o liberalismo e o intervencionismo de Estado na economia.

Nesse novo contexto, as importantes reflexões sobre a industrialização e sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social, produzidas por alguns pensadores do final do século XIX e do início do século XX, voltaram a ser objeto de atenção por parte de estudiosos da história. Entre eles podemos destacar Irineu Evangelista de Souza – o Visconde de Mauá, Inocêncio de Serzedello Corrêa, Rui Barbosa, Jorge Street e Roberto Simonsen. Muitos desses pensadores, embora muito importantes para um mapeamento das principais questões que envolveram o desencadeamento do processo de industrialização, não só não foram estudados profundamente antes de 1980, como ainda não foram revisitados de forma significativa pela historiografia posterior a 1990. Roberto Simonsen é um deles. Apesar de sua vasta produção intelectual existe uma quantidade relativamente pequena de estudos específicos sobre sua obra e os estudos existentes são feitos de duas diferentes perspectivas, uma delas mais personalista e apologética que aceita ou concorda com suas teorias e outra que de forma mais crítica procura combatê-las.

A apologia

A principal característica da historiografia apologética sobre Simonsen é a comunhão dos autores em torno de seu ideário nacional-intervencionista. À frente dessa linha interpretativa encontra-se Heitor Ferreira Lima. Enquanto analista e consultor econômico da FIESP, Lima não teve dificuldade alguma para publicar suas obras acerca das atuações de seu renomado patrão. Escreveu vários textos enaltecendo as realizações de Simonsen à frente da indústria nacional. Em 1976 publicou duas das mais importantes delas: *3 Industrialistas Brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen e História do Pensamento Econômico no Brasil*.

Apesar de exercer uma militância política de esquerda, Lima faz uma apreciação bastante favorável à obra de Simonsen, revelando-se um adepto da linha de pensamento nacional-desenvolvimentista. Em sua obra *História do Pensamento Econômico no Brasil* (1976), Lima afirma que Simonsen não se restringiu nem à teoria nem à prática, ao contrário,

destacou-se por uma “atuação teórica e prática”. Segundo esse autor, Simonsen “inseriu de maneira enérgica, decisiva, audaciosa e inteligentemente, o problema da industrialização dentro de nosso pensamento econômico, dando-lhe um vigor que antes não encontramos na história nacional” (LIMA, 1976b, p. 168).

Lima coloca-se no mesmo terreno de Simonsen, ou seja, na defesa da modernização do país através da industrialização, e, por isso, aceita como necessária a intervenção do Estado na economia. Ao apresentar as idéias de Simonsen como corretas para sua época, Lima está defendendo o projeto intervencionista da burguesia industrial como solução para tirar o país do atraso. O que poderia ser interpretado como uma incoerência política de sua parte, tendo em vista sua filiação partidária de esquerda. Entretanto, existe coerência nesse posicionamento de Heitor Ferreira Lima a favor de uma proposta burguesa de solução para o desenvolvimento brasileiro. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido ao qual ele era filiado, concebia que uma revolução nacional-burguesa que realizasse a industrialização brasileira seria pré-condição para uma futura revolução proletária. Na estratégia etapista do PCB, a revolução comunista não poderia ocorrer antes do “amadurecimento das condições objetivas” em cada país. Como tal, a industrialização traria em seu bojo o crescimento do proletariado e o “inexorável” acirramento das lutas de classes entre este e a burguesia. É por isso que Lima faz apologia do industrialismo de Simonsen. Além do que, não devemos nos esquecer de que foi Simonsen quem lhe abriu as portas da FIESP, oferecendo-lhe o cargo de analista econômico, ocupado por Lima até sua aposentadoria, após mais de trinta anos de trabalho naquela entidade patronal.

Em *História do Pensamento Econômico no Brasil* (1976), Lima afirma que Simonsen tinha uma visão ampla do processo, pois via a industrialização não só como um meio de tornar o país economicamente forte e independente, mas também como forma de aumentar a renda do trabalhador nacional, cuja diferença em relação à renda do americano era gigantesca. O combate à pobreza nacional era o grande argumento utilizado por Simonsen para, em sua proposta industrialista, obter o apoio dos demais segmentos da sociedade, de qualquer tendência política, seja ela liberal ou intervencionista. Essa interpretação também foi encontrada em Lima, quando este diz: “Proporcionou-lhe isso o espetáculo doloroso de nossa pobreza e a necessidade da industrialização, como meio de combatê-la, plasmando assim o Roberto Simonsen definitivo, com uma diretriz que iria seguir na vida: o engrandecimento da nação pelo desenvolvimento industrial” (IDEM, p. 160).

Para Lima, o projeto desenvolvimentista de Simonsen foi o mais completo de todos os apresentados até então, porque atuava em várias frentes, na economia, na política e no ensino. Seu projeto não vislumbrava a industrialização do país como um objetivo em si mesmo, mas como meio de elevação da renda nacional, de redenção social e, principalmente, de conquista da verdadeira soberania nacional. Destacava como o grande mérito de Simonsen ter colocado, na agenda política, a industrialização como o núcleo de um ambicioso plano de desenvolvimento nacional a ser liderado pelo Estado.

Em agosto de 1941, Roberto Simonsen apresentou ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial seu parecer – Planificação da Economia Brasileira – que tinha por finalidade um planejamento de todo o nosso sistema de produção e de prestação de serviços, distribuído em planos quinquenais, capaz de quadruplicar a renda nacional dentro de 10 a 15 anos, através da intensificação e ampliação de todos os setores de atividade, além da criação de outros novos (...). Dessa forma, Roberto Simonsen, com sua atuação teórico-prática, inseriu de maneira enérgica, decisiva, audaciosa e inteligentemente, o problema da industrialização dentro de nosso pensamento econômico, dando-lhe um vigor que antes não encontramos na história nacional (IDEM, p. 168).

O nacionalismo de Simonsen também é enfatizado por Lima: “a independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a

independência política” (*Apud* LIMA, 1976b, p. 161). Deste modo, Lima não chega a formular uma análise crítica do pensamento de Simonsen, antes, coloca-se entre os que defendem a industrialização nacional como etapa para a implantação de uma nova sociedade. Em geral todos os historiadores brasileiros que escreveram sobre a indústria pensavam assim, Este é o caso de Edgar Carone que através de sua obra *Roberto Simonsen - Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*; tem por objetivo enaltecer a obra de Simonsen no contexto da industrialização do país.

Enquadra-se nessa linha o trabalho de Helena Fanganiello, *Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico*, de 1970. Trata-se de um trabalho biográfico onde a autora investiga a contribuição que Simonsen deu ao pensamento econômico nacional. Considerando-o como precursor do pensamento nacional-desenvolvimentista de sua época, ela apenas reúne e organiza, em um trabalho de síntese, as idéias que se encontram em suas diversas obras, tais como: relatórios, discursos, conferências, livros, entrevistas, artigos, pareceres e proposições.

O objetivo declarado desse trabalho é, através da ordenação cronológica das obras de Simonsen, mostrar a unidade de pensamento deste autor em torno da teoria e prática do nacional-desenvolvimentismo. Trata-se, em suma, de um trabalho que se coloca na perspectiva do próprio Simonsen.

Julgamos não haver traído o pensamento de Roberto Simonsen, a despeito de, deliberadamente, termo-nos esquivado de continuadas citações. Quisemos dar à obra por ele realizada um caráter de unidade, que se teria perdido, se tivéssemos transformado esta num conjunto de citações de frases (...). Preferimos compreendê-lo e dar aos seus estudos uma visão que, embora analítica, não seria mutiladora do seu pensamento. Para nós, o importante é conservar a unidade da contribuição do nosso eminente patricio (FANGANIELLO, 1970, p. 05).

A essência nacional-desenvolvimentista do pensamento de Simonsen é apropriada na íntegra pela autora, que não se preocupou em historicizar a obra e o autor. O nacional-desenvolvimentismo da autora é explicitado no trabalho de enaltecimento da obra de Simonsen, quando se propõe a “conservar a unidade da contribuição do nosso eminente patricio” (IDEM, IBIDEM).

Existem outros trabalhos significativos sobre a história da luta pela industrialização no Brasil num plano temporal mais amplo, nos quais a parte destinada ao período (de 1920-1940) contém, inevitavelmente, uma abordagem com destaque para a atuação prática e intelectual de Simonsen. É o caso dos trabalhos de Nícea Vilela Luz e Eli Diniz.

Nícea Vilela Luz, em *Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro* (1959), admite que, desde a década de 1910 (LUZ, 1959, p. 118), a liderança empresarial do setor industrial vinha exercendo um papel importante na economia brasileira. Segundo ela, essa força organizou-se a partir de 1928, com a fundação do Centro das Indústrias de São Paulo. Embora o Centro fosse regional, sua organização em si já demonstra a preocupação da burguesia industrial daquele Estado, em torno de um projeto de industrialização. A fundação do Centro demonstra que parte da burguesia industrial paulista considerava-se com maturidade para conduzir seus destinos sem se manter associada ou ficar a reboque de outras frações da classe dominante: a do setor cafeeiro e a do capital comercial que o animava.

Na interpretação de Luz, a fundação do CIESP, por influência de Simonsen, acabou revelando um novo líder entre os empresários do setor industrial. Diz ela: “No seu discurso inaugural, Simonsen, invocando os princípios da ciência econômica, reafirmava os fundamentos nacionalistas da nossa política industrial, segundo a qual o Brasil só realizaria a sua independência econômica mediante a industrialização” (IDEM, IBIDEM). Após essa afirmação, ela cita o discurso inaugural, onde Simonsen enumera os benefícios da criação de um parque industrial no país: “Possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura de seu desenvolvimento agrícola, pois a grande indústria por toda a parte do mundo em que se

instala traz como corolários, o aumento de salários, o barateamento relativo de produtos, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo” (IDEM, IBIDEM).

Eli Diniz, em *Empresário Nacional e Estado no Brasil* (1978), diz que o arrojado plano de Simonsen não teve precedentes na história do país. Discutindo a participação da burguesia industrial no processo revolucionário de 1930, Diniz critica a interpretação de Boris Fausto, segundo a qual não existiu um projeto industrialista na “Revolução de 1930” que permitisse caracterizar esse acontecimento como uma revolução burguesa (DINIZ & BOSCHI, 1978, pp. 50-60). Segundo Fausto, não tendo condições de dirigir um projeto político hegemônico para a nação, a burguesia nacional teria recorrido ao Estado (FAUSTO, 1975, pp. 104-114). Contrapondo-se a essa interpretação, Diniz afirma que a partir de 1930 formou-se em torno do projeto industrialista uma importante liderança empresarial capaz de influenciar o primeiro governo Vargas. E, portanto, foi a partir desse momento que a burguesia nacional ganhou força (DINIZ & BOSCHI, 1978, pp. 50-60).

Além destes trabalhos, existem outros, mais recentes, que focalizam a obra de Simonsen, mas superficialmente, sem atentar para o contexto que preparou o processo de industrialização do país. Dentre estes, alguns foram produzidos fora do circuito acadêmico. É o caso do encarte publicado pela revista *Dinheiro*, em sua edição de número 30 (1998), cuja análise está centrada no “homem de ação” que Simonsen teria sido. Além de apologético, o tom desse encarte é explicitamente personalista. Considerado como “o pioneiro que levou a indústria brasileira à Idade Moderna” (revista DINHEIRO, 1998, p. 04), Simonsen é exaltado como o demiurgo da industrialização brasileira. Seu projeto industrialista teria representado um divisor de águas na história do Brasil: antes de dele, “a indústria era quase uma ficção... Simonsen, no entanto, acreditava que ela podia evoluir e diversificar-se. Estava certo” (IDEM, p. 12). Estes autores apresentam a industrialização do país como se fosse obra de uma única pessoa, fazendo emergir, assim, a figura do herói da burguesia nacional. Segundo essa interpretação, sem a hercúlea figura de Simonsen, o herói industrialista e modernizador, o país não teria superado a humilhante situação de país agro-exportador.

Embora mais equilibrado e menos laudatório, o recente artigo “Roberto Simonsen: a inteligência na industrialização brasileira” (2002), de José de Souza Martins, não deixa de ser bastante favorável à figura de Simonsen e ao papel que este teria representado na modernização brasileira.

Intelectual, historiador e economista, escritor, sua obra reúne a mais impressionante documentação que se pode ter do que era a consciência industrial de vanguarda há meio século neste país. Analisou e estudou historicamente todos os aspectos da história econômica e social brasileira, com vistas a conhecer os pontos de inflexão em nossa economia de tradição colonial e estabelecer os rumos possíveis da economia nacional (MARTINS, 2002, pp. 168-169).

Para Martins, depois de Simonsen, o Brasil não teve outro empresário com a mesma consciência nacional: suas “posições avançadas em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro expressaram-se em suas preocupações com o planejamento econômico, de que foi um pioneiro” (IDEM, IBIDEM). O reconhecimento que Martins dá à obra de Simonsen permite afirmar que sua interpretação é aquela que, dentre os trabalhos historiográficos, mais se aproxima da visão laudatória presente em Lima.

Nessa tendência apologética podemos incluir ainda a obra *O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (2000), de Ricardo Bielschowsky, cujo objetivo é buscar em Simonsen a origem do pensamento econômico “nacional-desenvolvimentista” que orientou o processo da industrialização brasileira. Segundo esse autor, a questão fulcral do pensamento desenvolvimentista foi a avaliação de que “não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas (liberais) de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje” (BIELSCHOWISKY, 2000, p. 07). Conforme esclarece o próprio autor, seu trabalho é

dividido em duas partes, numa das quais ele expõe as principais correntes de pensamento existentes à época de Simonsen:

Na primeira, descrevem-se as características básicas das cinco principais correntes de pensamento existentes no período estudado, ou seja, três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público “não nacionalista” e setor público “nacionalista”), o neoliberalismo (à direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (à sua esquerda). Dá-se ênfase, dentro de cada linha de pensamento, à obra dos economistas mais representativos, em especial ao pensamento de Eugênio Gudín, Roberto Simonsen e Celso Furtado (IDEM, pp. 07-08).

Segundo Bielschowsky, o que deixou de ser abordado sobre o pensamento desenvolvimentista na primeira parte de sua obra: “são apresentadas as principais questões conceituais que interessam ao historiador das idéias, mas falta a história de sua montagem. Essencialmente, falta um relato sobre a evolução da controvérsia desenvolvimentista e uma avaliação dos determinantes históricos dessa evolução” (IDEM, p. 08). Outro ponto a ser destacado no trabalho de Bielschowsky é que ele próprio, ao tratar a obra de Simonsen, situa seu trabalho:

(...) dentro de uma perspectiva de “história intelectual”, não se tratando, portanto, de uma investigação sobre história econômica ou história política. Vale advertir também que não se pretende explicar a história real a partir da história das idéias. O que se faz é, inversamente, um levantamento da história real a partir da bibliografia existente, para detectar as influências daquela sobre o pensamento econômico (IDEM, IBIDEM).

Ainda segundo esse autor, seu trabalho, por não ser uma pesquisa sobre história real, mas uma história do pensamento, não pretende demonstrar “quem tinha razão” nas diversas polêmicas relacionadas com as questões básicas da economia política da época. Conclui ele que: pelas “características que assinalamos, Simonsen foi um pioneiro do pensamento em relação a todas as correntes desenvolvimentistas. De outros ângulos, contudo, seu pensamento é típico da corrente desenvolvimentista do setor privado” (IDEM, p. 89).

Bielschowsky revela uma idéia interessante sobre a obra de Simonsen. Segundo ele, Simonsen não queria que a intervenção do Estado sufocasse a iniciativa privada. Isso tornou Simonsen diferente dos demais autores industrialistas de sua época. Ele afirmava que sufocar a livre iniciativa seria o mesmo que radicalizar o processo intervencionista sobre a propriedade privada, aniquilando-a. Essa posição de Simonsen, por si só, desautorizaria qualquer possibilidade de aproximá-lo do projeto socialista, a exemplo do que fizeram os críticos liberais na intenção de impedir que, durante o governo do Estado Novo, Vargas fosse influenciado por sua proposta intervencionista. O professor da USP, Eugênio Gudín era um dos economistas liberais que o acusava de comunista por defender o intervencionismo de Estado no planejamento global da economia brasileira. Simonsen se defendeu das acusações afirmando que sua proposta intervencionista não era radical a ponto de ir contra as leis naturais, mas que foi pensada com o sentido de condicionar e proteger as resultantes dessas leis, que seriam a liberdade e a propriedade privada dos meios de produção. Ponto que aproxima Simonsen de Keynes, para quem seria um erro corrigir os excessos do capitalismo liberal por meio de um programa radicalmente intervencionista, a exemplo do programa comunista que tinha por objetivo eliminar a propriedade e a livre iniciativa.

Concluindo esta parte, podemos afirmar que estes estudos de natureza apologética ou personalista dão uma relativa contribuição à história do pensamento econômico no Brasil e ao mesmo tempo contribuem para o conhecimento da biografia e do pensamento de Simonsen. Porém, são análises que pouco ajudam no entendimento histórico de sua atuação teórica e prática.

A crítica

Contra-pondo-se à tendência que, com mais ou menos divergências, comungava o ideal nacional-intervencionista de Simonsen, instaurou-se outra corrente de historiadores, cujo programa era realizar a crítica da historiografia tradicional. Como tradicional foi classificada a historiografia econômica de Heitor Ferreira Lima, que analisa o discurso industrial incorporando grande parte de seus elementos de análise, sem maiores questionamentos sobre suas implicações ideológicas. Como nos explica Coraly Gará Caetano, em sua tese *Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes* (1994), a historiografia social, concebendo-se como uma análise mais crítica procura, “desvendar mistérios”, ou seja, encontrar o que está por trás do discurso industrialista. À frente dessa linha interpretativa que explora “o problema à luz do discurso sobre a indústria” encontra-se Edgard Salvadori de Decca (1984). Ele próprio apresentando seu trabalho de pesquisa como um dos poucos sobre o discurso da indústria faz um levantamento das demais pesquisas em curso sobre o assunto. Entre elas, diz ele:

(...) podemos citar os estudos sobre o funcionamento de instituições racionalizadoras do trabalho no Brasil (IDORT, SENAI) de Maria Antonieta Antonacci e de Álvaro Tenca, ambos em fase de conclusão, e pesquisas sobre o funcionamento de escolas profissionais de M. Alice Ribeiro, Coraly Caetano, e Maria Lucia Gitahy, todos da Unicamp (DE DECCA, 1984, p. 47).

Em sua análise sobre o discurso industrialista brasileiro, De Decca utiliza as interpretações de autores como S. Marglin e David Dickson. O primeiro analisa a revolução industrial nos EUA e o segundo analisa a revolução industrial na Inglaterra. Ambos são utilizados por De Decca como paradigma para suas formulações sobre o sistema de fábrica no Brasil. Segundo ele: “vários autores estudaram esse processo de engendramento das relações sociais da ordem burguesa. Contudo, nem todos pensaram esse processo, justamente, na dimensão de uma luta” (DE DECCA, 1986, p. 19), como fizeram Alan S. Marglin (GORZ, 1980) e David Dickson (1978). Desses autores De Decca incorpora a interpretação de que o sistema de fábrica surgiu mais de uma necessidade política do capital em organizar o trabalho do que propriamente de sua necessidade técnica e produtiva, apesar da ênfase dos industriais à “resposta ao problema da eficácia e da produtividade” (IDEM, p. 22). É, justamente para essa finalidade que a obra *Tecnologia Alternativa* de David Dickson (1978) é revisitada por De Decca. Segundo ele, Dickson interpretou a industrialização na Inglaterra como uma estratégia da burguesia para reunir os trabalhadores em sistema de fábrica, como meio de controlar o processo de trabalho e impedir a perda de tempo, tempo esse que era inteiramente do trabalhador e que a partir da fábrica se tornou do capital. Explica-se, assim, por que a reunião dos trabalhadores em um mesmo local de trabalho teria surgido antes que as máquinas, como foi o caso das manufaturas (“putting-out system”).

Analisando a indústria têxtil na revolução industrial inglesa, Dickson teria enfatizado que o sistema de fábrica nela adotado não foi, “como deixam supor alguns historiadores, um desenvolvimento direto a partir de uma base técnica mais eficaz; pelo contrário, muitas das máquinas só foram desenvolvidas e introduzidas depois que os tecelões já haviam sido concentrados nas fábricas” (IDEM, p. 26). Seguindo essa interpretação, De Decca faz duras críticas à organização taylorista do trabalho que, com o pretexto de sua superioridade técnica, foi introduzida nas fábricas brasileiras. E entre os pioneiros desse método no Brasil estaria o industrial Roberto Simonsen.

Outros autores reafirmam essa idéia. Segundo Rago & Moreira (1984), “Edgar de Decca procura mostrar que a introdução do sistema de fábrica respondeu principalmente a imperativos disciplinares e menos devido a sua suposta ‘superioridade tecnológica’” (RAGO & MOREIRA, 1984, p. 32). Desse ponto de vista, a preocupação da burguesia brasileira ao introduzir a racionalização do trabalho era controlar a classe operária que resistia e se organizava contra as pretensões do capital e não, como diriam os representantes dos industriais, para aumentar a produtividade do trabalho nacional.

Esse ramo da historiografia brasileira tinha, portanto, como objetivo centrar-se no discurso dos industrialistas para desvendar a trama que se articulava no sentido de controlar o operário. Foi com esse intuito, o de mostrar a intenção controladora do processo de trabalho no interior da fábrica, que De Decca analisou as duas principais obras de Simonsen, *O Trabalho Moderno* (1919) e *As Finanças e a Indústria* (1931) em que este prega o taylorismo.

Segundo De Decca essas obras são uma comprovação de que o taylorismo divulgado durante o processo inicial de industrialização coincide com o período de maior agitação social no país e que poucos historiadores se atentaram para isso:

Poucos analistas que fizeram estudos sobre a industrialização ou sobre a classe operária no Brasil notaram que Simonsen prega o taylorismo num período de grande agitação social (1917-20). Talvez seja esta a colocação fundamental do discurso de Simonsen sobre o taylorismo. Ao que tudo indica esse empresário não fala daquilo que deveria acontecer, mas de alguma coisa que já está ocorrendo em 1919. Quais as pistas? (...). É interessante observar Roberto Simonsen como um empresário da construção civil, ramo no qual o controle operário sobre o processo de trabalho era considerável. Veja-se esta observação de Boris Fausto: ‘Os sindicatos da construção civil eram mais representativos e com frequência conseguiam impor aos seus empregadores suas reivindicações: os canteiros de São Paulo, por exemplo, ganharam praticamente todas as greves desfechadas entre 1907 e 1913 (DE DECCA, 1984, p. 75).

Para Edgar de Decca (1984), as organizações patronais surgiram para orientar os empresários na reorganização do trabalho em meio a um turbilhão de greves e de outras formas de resistência. Por isso, nasce em 1921, diz ele:

(...) uma organização patronal exatamente nos mesmos moldes – Centro dos Industriais de Fiação e Tecidos do Estado de São Paulo! (...) Os objetivos da formação do CIFTESP, à semelhança dos organismos surgidos na Alemanha pré 1914, eram explicitamente políticos. Visava antes de tudo dar apoio político a todas as medidas desencadeadas pelos patrões para quebrar a resistência dos trabalhadores no interior do processo de trabalho e ganhar a opinião pública paulista para o uso da força policial no caso de perseguições a militantes, de greves e outras agitações (IDEM, pp. 77-78).

Antes, porém, Simonsen já havia experimentado o taylorismo em sua Cia. Construtora de Santos para tirar do operário o controle sobre a produção. As dificuldades de mecanização no setor da construção civil reservavam ao operário maior compreensão e domínio sobre o processo de trabalho. Assim, a primeira experiência de racionalização do trabalho teria sido introduzida pelo engenheiro Roberto Simonsen nos canteiros de obras executados por sua empreiteira, com vistas a expropriar o operário-construtor de seu saber-fazer, elemento que mantinha o capital sujeito à vontade subjetiva da categoria. Assim, na interpretação de De Decca, a racionalização do trabalho tinha por finalidade impedir que o trabalhador continuasse a ter controle sobre a produção, reduzindo sua capacidade de resistência ao domínio do capital. A hipótese de De Decca (1984) é que a adoção do taylorismo estaria, “entre outras coisas”, na raiz da derrota do anarquismo, nos anos de 1920. Pois, segundo ele, essa derrota se deveu “a uma perda do controle operário dentro da fábrica, pela reorganização do processo de trabalho” (IDEM, p. 74).

A obra de Maria Antonieta Antonacci, *Vitória da Razão (?) e O Idort e a Sociedade Paulista* (1993) filia-se a essa linha interpretativa “crítica” de Edgar de Decca. De um lado, são estudos mais abrangentes do que os dele, pois, como seu objetivo é mostrar como se construiu o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), ela analisa uma série de documentos e de autores que se reuniram em torno desse órgão, num recorte temporal que envolve várias décadas. Enquanto Edgar de Decca concentra sua análise no período de 1910 a 1920 para avaliar as causas da decadência do movimento anarquista, Antonacci acentua o papel do IDORT na orientação patronal de São Paulo, a partir de 1931, ano em que o órgão foi oficializado. Ou seja, o ponto de chegada de um é ponto de partida de outro.

Um aspecto bastante explorado por Antonacci, em sua *Vitória da Razão*, é a ação usurpadora do “saber-fazer” operário. Quando o novo método taylorista foi instituído, os antigos métodos de trabalho cederam “lugar à disciplina científica, com autoridade competente, neutra e impassível dos técnicos, enquanto o ‘saber-fazer’ dos trabalhadores no processo de trabalho passou a ser cientificamente administrado” (ANTONACCI, 1993, p. 39).

O modo como Antonacci concebe e analisa *O Trabalho Moderno* (1919) e *As Finanças e a Indústria* (1931), de Simonsen, não é muito diferente da interpretação que lhes dá Edgar de Decca (1983). Ela entende a racionalização taylorista como arma estratégica para expropriar o trabalhador do saber-fazer ou do controle sobre o processo de produção. O taylorismo é considerado como um instrumento para impedir que o operário tenha conhecimento sobre o processo de produção e sobre seu papel na luta de classes.

A obra de Antonacci foi publicada em 1993, quase dez anos depois da publicação de Edgar de Decca. Entretanto, ambos analisam o movimento operário a partir de suas diversas manifestações de repúdio à máquina, à racionalização, enfim, como uma força que luta e resiste. Assim, a questão da racionalização do trabalho, numa análise que o meio acadêmico considera “crítica”, é exposta pelo seu lado perverso, pelo seu aspecto político, que controla e reprime as lutas sociais. Neste sentido o discurso de Simonsen é enquadrado no pensamento político moderno-conservador.

Teses mais recentes sobre Simonsen não se distanciam, no essencial, da interpretação de Decca e de Antonacci. É o caso da obra de Bárbara Weinstein, *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, cujo tema centra nas relações de trabalho no Brasil e a modernização na indústria. Seu enfoque específico são as experiências do SENAI e SESI, representando uma espécie de seqüência aos estudos de Antonacci sobre o IDORT. Utilizando como fonte diversas obras de Simonsen, essa autora também situa o empresário paulista entre os integrantes do conservadorismo modernizador.

Coraly Gará Caetano, em sua tese *Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes* (1994), ao situar seu objeto sobre o funcionamento de escolas profissionais, afirma que sua pesquisa é uma continuidade do projeto que vinha sendo desenvolvido na linha dos pesquisadores da Universidade de Campinas-SP, liderados por De Decca (Antonacci estaria entre eles). “Neste trabalho”, diz ela:

(...) busco recuperar aspectos da constituição do projeto de organização da sociedade defendido pelo grande empresariado paulista, em particular, as estratégias de controle social que foram sendo implementadas, a partir do confronto com os trabalhadores.

A preocupação em resgatar o modo como foram sendo instituídas práticas de dominação do grande empresariado paulista surgiu quando trabalhei, enquanto pesquisadora, nos vários projetos de pesquisa, desenvolvidos no Departamento de História da Unicamp, ou seja, nos projetos FONTES PARA O ESTUDO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL e FORMAÇÃO DO TRABALHADOR URBANO (1900 a 1945). (Grifo da autora)

Nestes projetos, o eixo de discussão voltava-se para a problemática da constituição das classes sociais no país. Partíamos da compreensão que este processo se fazia historicamente sob o embate de classes. As estratégias e os mecanismos de controle social iam se forjando à medida que se buscava eliminar práticas de resistência dos trabalhadores.

Como resultado destes projetos, várias monografias foram elaboradas, com a finalidade de recuperar as estratégias de controle social desenvolvidas, no período em questão (CAETANO, 1994, p. 9).

Segundo Caetano, sua interpretação é apenas uma contribuição aos trabalhos de análise “crítica” do discurso da indústria, realizados na Unicamp, em torno da reorganização do processo de trabalho. Caetano assim explicita o objetivo de sua tese: “seguindo pistas fornecidas pelas análises das obras publicadas por Roberto Simonsen, busco recuperar uma série de estratégias de controle social forjadas pelos grandes empresários paulistas”

(CAETANO, 1994, p. 10). Além da crítica à estratégia de controle social observada no discurso de Simonsen, Caetano pretende também tecer uma crítica à historiografia tradicional que, segundo ela, realiza uma análise apologética do discurso de Simonsen. Entre esses historiadores estariam Heitor Ferreira Lima e Edgar Carone que nas datas comemorativas de criação das entidades patronais e instituições a ela ligadas, tais como CIESP, FIESP, “relembra, através de artigos e homenagens, o patrono da Indústria – Roberto Simonsen”. Além destes, diz ela: “muitos historiadores e cientistas sociais utilizam as análises econômicas de Roberto Simonsen sem levar em consideração a amarração de seus propósitos referentes ao controle social que nada mais eram que sua própria fundamentação teórica” (CAETANO, 1994, p. 10).

É, portanto, do mesmo ponto de vista da história social utilizada por De Decca e Antonacci que Caetano problematiza o pensamento daqueles que se dedicam à história oficial da indústria e das entidades de classe. No caso particular dos comentadores apologéticos da obra de Simonsen, segundo ela, estes historiadores abordam suas idéias sem a preocupação de mostrar o que há por trás de seu discurso, nem de revelar as formas de controle social propostas por ele. Assim, “essas análises acabam acobertando os elementos conservadores de seu projeto” (IDEM, IBIDEM).

Crítica semelhante é encontrada na tese de Fábio Maza (2002), *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen. Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação*. Apesar de criticar corretamente as obras biográficas de Heitor Ferreira Lima, destacando seu caráter apologético, Maza trilha o caminho dos seguidores da linha crítica aberta por De Decca, afirmando que Lima “acaba por esconder elementos conservadores do projeto político de Simonsen” (MAZA, 2002, p. 04). Segundo ele, a análise do “tema da industrialização diretamente ligado ao da nação não se apresenta como novidade”, pois já se faz presente na contribuição de outros autores e adverte que sua perspectiva é mais específica. Ou seja, resume-se a estudar como as “concepções de Ciência e de Tecnologia” de Simonsen “sustentavam seu projeto de construção da nação” (IDEM, IBIDEM). Segundo Maza, “o que pensamos ser possível presumir, dos escritos e discursos de Simonsen, é que a criação da nação significava instrumentalizar o país com mecanismos econômicos racionais, elaborados com base numa certa imagem mitificada da Ciência” (IDEM, IBIDEM). Assim sendo, a crítica de Maza passa por desconstruir o conceito de Ciência mitificado na obra de Simonsen. O primeiro passo é identificar a noção de Ciência de Simonsen com o positivismo e o evolucionismo e essa identificação negativa torna-se o eixo norteador de sua tese.

Apesar de se preocupar em situar historicamente a obra de Simonsen, levando em conta “o contexto e os embates políticos da época em que a mesma foi elaborada”, Maza tem como ponto de partida uma preocupação pré-existente à sua análise, ou seja, a mesma preocupação da historiografia social de revelar o autoritarismo e o conservadorismo existentes no discurso da indústria em geral e de Simonsen, em particular. Analisando os dois elementos constituintes do projeto de industrialização e de construção da nação em Simonsen, ou seja, suas concepções de Ciência e de Tecnologia, Maza conclui:

Simonsen acabou por pensar a modernização brasileira através de mecanismos que não contemplavam a plena expressão dos direitos políticos das camadas populares. Portanto, parece-nos correto que seu caminho foi o de uma modernização conservadora que buscava o “progresso” sem a chancela popular (IDEM, p. 22).

Maza fez a mais completa das análises da obra de Simonsen; porém, suas conclusões não se distinguem das dos autores já citados (De Decca, Antonacci e Caetano); ou seja, contêm a tônica comum aos demais de filiar o pensamento do industrial Roberto Simonsen ao discurso conservador e autoritário. Desta forma, as obras de Simonsen são classificadas como um conjunto ideológico em prol da modernização conservadora do país. É verdade que Simonsen pegou carona no regime autoritário do Estado Novo para implantar seu projeto industrialista, mas é verdade também que apesar disso Simonsen sempre foi contrário ao

regime autoritário implantado por Vargas. A tirania dos sistemas totalitários de direita, fascista, e de esquerda, comunista, assustava Simonsen. Em suas concepções políticas, ele dizia-se acreditar que a democracia liberal era ainda a melhor forma de governo para uma sociedade livre (de mercado ou capitalista) e de que não mediria esforços para ver essa política implantada no país.

Para finalizar

O que se pode avaliar, nesse curto espaço, é que Simonsen foi elogiado pela historiografia econômica nacionalista, tanto de esquerda quanto de direita, cujo objetivo dos apologéticos era encontrar em sua obra elementos de sustentação ao projeto nacional-desenvolvimentista que eles também defendiam. Do ponto de vista da esquerda, a industrialização era encarada como meio de superação do ruralismo agro-exportador e de combate ao imperialismo explorador das “forças vivas da nação”. Além disso, representava também uma etapa transformista entre o capitalismo “tardio” e o socialismo.

Já a crítica da historiografia social tem por objetivo desvendar, através das obras de Simonsen e de seus comentadores “apologéticos”, o lado perverso e tirânico do discurso industrialista. Levando-se em conta que essas análises críticas enfocaram o assunto sob uma mesma matriz teórica; as obras de De Decca e Antonacci estão, de alguma forma, sintonizadas com questões políticas reais, como a luta pela democratização do país e pela recuperação da autonomia operária no embate as formas de controle organizadas durante o regime militar (1964-1985). Neste sentido, não se surpreende que a obra de Simonsen tenha sido vista com certa reserva no meio acadêmico até a década de 1980, pois nesse período prolifera a crítica da historiografia social ao nacional-desenvolvimentismo que se estende no país desde o Estado Novo de Vargas (1937-1945) até o final do regime militar (1985).

Referências bibliográficas

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A Vitória da Razão (?): O Idort e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BIELSCHOWISKY, Ricardo. *O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 1930-1964*. 4. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAETANO, Coraly Gará. *Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes*. Campinas-SP: Unicamp. Tese de doutorado, 1994.

CARONE, Edgard. (Org.). *Roberto Simonsen - Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Nacional, USP, 1973.

DICKSON, D. *Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico*. Madrid, H. Blume Ediciones, 1978.

DINIZ, Eli. Empresário, *Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FANGANIELLO, Helena. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA, Boletim nº 60, 1970.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

- GORZ, A. (Org.) *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa Omega, 1976 (a).
- _____. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976 (b).
- LUZ, Nícea Vilela. *Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro: os esforços em prol da industrialização*. São Paulo: USP: Revista de História, 1959.
- MARTINS, José de Souza. *Roberto Simonsen: a inteligência na industrialização brasileira*. São Paulo: Senac-SP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MAZA, Fábio. *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen. Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação*. São Paulo: USP, Tese de doutorado, 2002.
- RAGO, Luzia Margareth & MOREIRA, Eduardo F. P. *O que é Taylorismo*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- REVISTA DINHEIRO. *Biografias de Grandes Empresários. Roberto Simonsen: o pioneiro que levou a indústria brasileira à Idade Moderna*. (Col. Dinheiro). Parte integrada da revista Dinheiro, nº 30, 1998.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Orientação Industrial Brasileira*. São Paulo: CIESP, 1928.
- _____. *À Margem da Profissão: Discursos, Conferências e Publicações*. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.
- SUSIGAN, Wilson (Org.). *Indústria: política, instituições e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.
- TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios da Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1966.
- VIEIRA, Rosa Maria. *O Pensamento Industrialista de Roberto Simonsen: análise de ideologia*. São Paulo: USP, 1987.
- WINSTEIN, Bárbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH/Universidade São Francisco, 2000.

¹ Professor do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Paranavaí.